



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 4/2014

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 26 de fevereiro de 2014

----- Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo dos Santos Gonçalves, José Carlos da Palma Pereira, Paulo Jorge Cavaco Paulino, Dalila Manuela Costa Barros e José D'Assunção Pereira Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: ---

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 03/2014, da reunião pública ordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 2014, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar “*que tem que fazer umas considerações em relação à Ata, uma vez que são omissos*”

factos, que se passaram na reunião e que não se encontram explanados na mesma. Na página catorze, quando estávamos no ponto do Acordo de Colaboração com a União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, a partir de certa altura chegou-se à conclusão, que até o ponto foi retirado, que as coisas não estavam bem. Agora na minha intervenção estão coisas que eu disse e outras que eu não disse, e como tal fazia um reparo que era o seguinte: não sei se Sr. Presidente está lembrado quando chegou a altura das contrapartidas por parte da União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro e da Câmara Municipal, eu questionei o Sr. Presidente sobre as mesmas, até está mencionado no quarto parágrafo, no entanto, eu disse outra coisa que eu acho importante estar em Ata, designadamente que a minha dúvida prendia-se com a história dos custos, e uma vez que o Sr. Presidente tinha dito que os custos eram suportados pela Autarquia, eu não via explanado no Acordo que os custos eram suportados pela mesma, foi o que levou a que criássemos uma certa conversa, divergências e chegamos à conclusão que o ponto deveria ser retirado para compor o texto. Continuou afirmando “que a seguir houve um diferendo, uma vez que na altura o Sr. Presidente, quando eu disse que não via isso explanado, você mandou-me ler a alínea c) da cláusula segunda, da contrapartida da Câmara Municipal, chegando-se a conclusão que afinal era melhor retirar para compor o texto, e isso não está explanado”. Finalizou a sua intervenção mencionando “que agradecia que a Ata fosse feita de acordo como foi a reunião e como foi dito”. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, interveio para mencionar que se recorda da conversa tida, e como tal sugere que exista essa alteração, com a integração do texto em falta, solicitando de seguida a aprovação da Ata, condicionada a essa alteração. -----

----- O Vereador Sr. José Galrito interveio para surgir que após a retificação da Ata, seja entregue um exemplar ao Vereador Sr. José Carlos Pereira, para que o mesmo se pronuncie sobre a alteração proposta. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata, condicionada às alterações propostas. -----

f R

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º39) respeitante ao dia 25 de fevereiro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.957.049,22 (um milhão, novecentos e cinquenta e sete mil, quarenta e nove euros e vinte e dois cêntimos). -----

----- Operações Orçamentais - € 1.596.632,52 (um milhão, quinhentos e noventa e seis mil, seiscentos e trinta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos); -----

----- Operações Não Orçamentais - € 352.654,15 (trezentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro euros e quinze cêntimos). -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O Presidente Sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra para dar conhecimento aos presentes, da substituição da técnica da Câmara Municipal, Sr.^a Dr.^a Catarina Roxas na Comissão Municipal de Trânsito, pelo Fiscal Municipal Sr. José Bárbara. ----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para questionar o motivo dessa alteração, ao qual lhe foi esclarecido que a razão prendeu-se com o facto da técnica encontrar-se em mobilidade, na Câmara Municipal de Moura. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, interveio novamente para referir a necessidade de inclusão de dois pontos na ordem de trabalhos, nomeadamente **“PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE TAREFA E AVENÇA – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO”** e **“ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO – RATIFICAÇÃO”**. -----

----- Posto o assunto à votação a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a inclusão dos pontos, na ordem de trabalhos. -----



----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que, nunca foi hábito de outros elementos do executivo mas gostaria de receber, por parte da Câmara Municipal, informação/convocatória sobre a realização

das reuniões da Assembleia Municipal, uma vez que é de “*bom-tom e aconselha-se*” que os vereadores da oposição estejam presentes. Solicitou igualmente o envio da documentação, nomeadamente a intervenção escrita do presidente da Câmara para conhecimento dos mesmos. Continuou referindo que achou “*estranho*” o facto de a *Volta ao Algarve em Bicicleta*, ao contrário dos anos transatos, não ter passado no concelho de Alcoutim, dado que é uma prova/evento importante para o Algarve e com os melhores atletas, e nesse sentido questiona qual o motivo dessa não realização, se existiram reuniões ou se se prendeu com a parte financeira. -----

----- O Vereador Sr. Paulo Paulino interveio para esclarecer que o motivo principal da não passagem da *Volta ao Algarve em Bicicleta* no concelho, prendeu-se unicamente por falta de contacto da Associação de Ciclismo, e por a Edilidade desconhecer os “*timings*” corretos do início do processo, por forma a ter uma atitude proactiva. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, usou da palavra para mencionar que teve uma conversa informal com o Presidente da Associação de Ciclismo do Algarve, Dr. Rogério Teixeira, com o qual ficou acordado uma reunião para falar/debater o assunto, e que até hoje ainda não se realizou, contudo, oportunamente tentará agendar uma reunião para esclarecimentos adicionais, informando ainda que mostrou disponibilidade desde a primeira hora, designadamente para marcação de reunião e atribuição de apoio financeiro, e que da breve conversa que teve com o Dr. Rogério Teixeira, o mesmo deixou “*transparecer*” que as negociações anteriores, não correram da melhor forma. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que a *Volta ao Algarve em Bicicleta* era uma prova que atravessava quase todas as freguesias do concelho, e que é um evento desportivo de extrema importância para Alcoutim, dado que traz visitantes, promove a hotelaria, gastronomia, o comércio, e porque ajuda a divulgar “*o que nós temos de bom*”. Continuou referindo que discorda do mencionado pelo Vereador Sr. Paulo Paulino, quando o mesmo disse que o “*motivo principal da não passagem da Volta ao Algarve em Bicicleta no concelho, prendeu-se unicamente por falta de contacto da Associação de Ciclismo*”, uma vez que é da opinião que devemos



ser proactivos se queremos atrair grandes eventos desportivos ou outros para o concelho, e como tal aconselha a que a preparação desses processos deva ocorrer com alguma antecedência, bem como que sejamos “*nós*” a ir de encontro com as entidades que organizam/promovem esses tipos de eventos, dado que uma parte da etapa da referida prova passou para Almodôvar (Alentejo), e nesse sentido acha “*que não podemos dormir em relação a esses assuntos*”. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **VISTORIA DE SALUBRIDADE DE EDIFÍCIO NA CORTE DA SEDA/ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do Senhor Vice-Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal delibere informar o proprietário da edificação indiciada, para que este tome as medidas relatadas no Auto de Vistoria elaborado pela Comissão de Vistorias, num prazo de 90 (noventa) dias, bem como que seja informado o reclamante do teor da informação da referida Comissão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROPOSTA DE ACORDO COLETIVO DE ENTIDADE EMPREGADORA PÚBLICA:** Foi presente uma proposta do Senhor Vice-Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal aprovar a proposta de Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública anexa à presente proposta, a celebrar com o STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins; SINTAP – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos; STE - Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com

f R

Fins Públicos e STFPSSRA – Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autônomas, bem como que a deliberação que recair sobre a presente proposta seja aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e para os efeitos previstos do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a fim de que possa ser de imediato assinado pelas partes e remetido ao Senhor Secretário de Estado da Administração Pública para cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 347.º, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 356.º do Regime da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro e sucessivas alterações. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que concorda plenamente com o Acordo, no entanto, questiona o porquê da morosidade do mesmo em ser presente à reunião de Câmara Municipal, visto que houve Edilidades a nível nacional, que implementaram logo esses Acordos. -----

----- O Vereador Sr. Paulo Paulino usou da palavra para mencionar que as negociações/contactos com os Sindicatos foram encetados, logo após a entrada em vigor das 40 horas semanais de trabalho, no entanto, existiram algumas divergências/discordâncias entre os vários Sindicatos, até que fosse elaborada/implementada uma proposta conjunta. Informou ainda da existência da proposta da AMAL, que engloba os 16 (dezasseis) municípios. -

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, interveio para reforçar igualmente que a morosidade do processo deveu-se ao trabalho de agregação de esforços por parte da AMAL, nomeadamente por parte de 15 municípios, já que o Município de Silves tratou do processo isolado dos restantes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE TAREFA E AVENÇA – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO:** Foi presente uma

f R

proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal delibere: -----

1. Que seja revogada a deliberação tomada na reunião realizada em 08 de Janeiro de 2014, sobre Parecer Prévio Vinculativo para Renovação de Contratos de Prestação de Serviços na Modalidade de Tarefa e Avença – Discussão e Aprovação, ao abrigo do disposto no artigo 138.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro; -----

2. Emitir Parecer Genérico Favorável, para todas as celebrações de contratos de aquisição ou prestação de serviços, devidamente instruídos, cujo montante anual não ultrapasse 5.000,00 € (sem IVA), atendendo à possibilidade legal conferida pelo artigo 4.º da Portaria 16/2013, de 17 de Janeiro, considerando o facto de se tratarem de procedimentos de contratação simplificados, que o próprio Código dos Contratos Públicos trata, no seu artigo 128.º, de forma desburocratizada e célere, para uma maior eficácia e eficiência do funcionamento dos serviços, e o de se tratar de matéria da competência do Sr. Presidente da Câmara, com efeitos a 1 de Janeiro de 2014; -----

3. Que de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 4.º da citada portaria seja remetida, para conhecimento, à Câmara Municipal até ao final do mês seguinte àquele em que foram adjudicados os contratos, celebrados ao abrigo do parecer genérico favorável, listagem dos mesmos acompanhada dos elementos previstos no n.º 2 do artigo 3.º da portaria. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, interveio para mencionar que a proposta apresentada é para substituir o parecer/proposta aludido na reunião de oito de janeiro, e que a grande alteração/modificação prende-se com o valor dos montantes. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para questionar qual a diferença entre os mesmos, ao qual o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a alteração é devido a divergências de opiniões/pareceres, nomeadamente na interpretação da Lei, que existem entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Comunidade Intermunicipal do Algarve

PA

(AMAL), e nesse sentido é da opinião que deverá existir uma redução do montante que estava autorizado na primeira proposta, designadamente a diminuição do valor de € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros) para os € 5.000,00 (cinco mil euros). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – Emissão de Parecer Prévio Vinculativo:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal delibere emitir por força do disposto no n.ºs 4.º e 11.º do artigo 73.º, da LOE para 2014, Parecer Prévio Vinculativo e favorável, relativamente à celebração do contrato de Aquisição de Serviços de Auditoria Administrativa. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para solicitar ao Sr. Presidente da Câmara explicação/elucidação sobre a razão da Auditoria e se existe alguma suspeita de irregularidade ou não cumprimento de legalidade de procedimentos administrativos e financeiros na Câmara Municipal. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, usou da palavra para esclarecer que uma avaliação em final de mandato é sempre útil para quem inicia funções e não tem que ser necessariamente incómoda para quem termina o cargo/funções numa Autarquia. Continuou mencionando que a Auditoria em questão é a corporização de uma vontade expressa desde o princípio/início do mandato e que é legítima, refletindo uma prudência de quem *“necessita de trabalhar com os olhos postos no futuro, sem reservas ou receios, relativamente aquilo que aconteceu no passado”*. Findou a sua intervenção mencionando que espera que o resultado/relatório da mesma seja meramente de caráter pedagógico. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que poderá concluir que a auditoria em questão é meramente pedagógica e não

✓ R

(AMAL), e nesse sentido é da opinião que deverá existir uma redução do montante que estava autorizado na primeira proposta, designadamente a diminuição do valor de € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros) para os € 5.000,00 (cinco mil euros). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----


----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **AJUSTE DIRETO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir por força do disposto no n.ºs 4.º e 11.º do artigo 73.º, da LOE para 2014, Parecer Prévio Vinculativo e favorável, relativamente à celebração do contrato de Aquisição de Serviços de Auditoria Administrativa. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para solicitar ao Sr. Presidente da Câmara explicação/elucidação sobre a razão da Auditoria e se existe alguma suspeita de irregularidade ou não cumprimento de legalidade de procedimentos administrativos e financeiros na Câmara Municipal. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, usou da palavra para esclarecer que uma avaliação em final de mandato é sempre útil para quem inicia funções e não tem que ser necessariamente incómoda para quem termina o cargo/funções numa Autarquia. Continuou mencionando que a Auditoria em questão é a corporização de uma vontade expressa desde o princípio/início do mandato e que é legítima, refletindo uma prudência de quem *“necessita de trabalhar com os olhos postos no futuro, sem reservas ou receios, relativamente aquilo que aconteceu no passado”*. Findou a sua intervenção mencionando que espera que o resultado/relatório da mesma seja meramente de caráter pedagógico. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que poderá concluir que a auditoria em questão é meramente pedagógica e não



uma suspeita de irregularidade. Continuou fazendo referência à proposta apresentada, nomeadamente ao primeiro parágrafo, onde se encontra frisado que *“desde 2012 que esta Autarquia não é alvo de ações inspetivas por parte da IGF, pelo que existe a necessidade de se proceder à apreciação do cumprimento da legalidade dos procedimentos administrativos e dos registos contabilísticos e consistência dos mesmos, bem como, proceder à avaliação do sistema de controlo interno e analisar as demonstrações financeiras dos exercícios de 2012 e 2013”*, o que o leva a concluir que a partir de agora será necessário efetuar uma auditoria todos os anos. De seguida mencionou que se existem suspeitas de algum procedimento menos bem ou alguma irregularidade concorda plenamente que haja uma auditoria, caso contrário não, porque em sua opinião *“existem técnicos na Câmara Municipal responsáveis por estes procedimentos administrativos e financeiros que podem efetuar uma auditoria interna ou inquérito, antes de ser efetuada uma externa”*, e nesse sentido não seria necessário despende uma verba tão avultada e sem razão aparente, visto que só iria lançar suspeitas sobre os procedimentos que os técnicos desta autarquia têm e tiveram no passado, em que se põe em causa a responsabilidade desses procedimentos e a capacidade dos técnicos. Frisou igualmente que o anterior executivo camarário sempre confiou nos mesmos, e que existiu uma ajuda mútua, ao longo dos anos, para que o Município de Alcoutim saísse nas páginas dos jornais, nas estatísticas, como uma Edilidade exemplar em termos de contas públicas, procedimentos, consolidação de contas, saldo positivo, dívidas pagas, etc., e como tal considera que *“os técnicos da Câmara Municipal responsáveis por essas áreas sempre agiram ou sempre tentaram agir no cumprimento da legalidade”* e que não houve/existiu um ano que o Tribunal de Contas, a quem cabe o julgamento das mesmas, não visasse as contas ou pusesse em causa os procedimentos administrativos e financeiros. Ainda mencionou que ao longo de vinte anos a Autarquia foi alvo de quatro inspeções (IGAT, IGAL e IGF), com base em denúncias, queixas e exposições, por parte da oposição, muitas vezes sem fundamento, dado que foi sempre apurado a legalidade dos procedimentos, e como tal frisou novamente se existe suspeitas de alguma irregularidade, concorda que haja a auditoria, caso

f R

contrario, considera a aquisição destes serviços extemporânea e sem razão aparente, e que a verba despendida poderá ser útil em áreas mais sensíveis e que podem melhorar as condições da “*nossa*” população. -----

----- O Vereador Sr. José Galrito interveio para frisar que as opiniões demonstradas são legítimas e que a auditoria não se prende com nenhuma suspeita, uma vez que também fizeram parte do anterior executivo e foram coniventes com alguns atitudes/ações, mas sim com uma “*adaptação de procedimentos*”. Finalizou referindo que não existe desconfiança por parte do executivo, no que concerne ao trabalho dos técnicos, e que a auditoria é meramente administrativa, sendo que também acha que o valor despendido é elevado, no entanto, “*poderá funcionar sempre como uma base de trabalho*”.

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar que “*quem não deve não teme, e quem está de consciência tranquila não tem problema nenhum*”, daí a sua intervenção inicial e as questões colocadas, “*porque quer queiramos quer não, estamos a colocar em causa alguns procedimentos*”, e por isso considera que a auditoria, numa primeira fase, deverá ser interna. Continuou afirmando que cada um defende os seus interesses e nesse sentido mantém a sua opinião porque os procedimentos sempre foram efetuados/tratados de forma correta/honesta. -----

----- O Vereador Sr. José Galrito interveio novamente para referir que o atual executivo não desconfia dos técnicos e que esta auditoria é uma “*base de trabalho, para ambas as partes*”. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, usou da palavra para agradecer as sugestões apresentadas, todavia, tem uma opinião diferente, referindo de seguida que a auditoria é apenas uma ferramenta/base de trabalho para o atual executivo, e que não coloca em causa a idoneidade e responsabilidade dos técnicos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos Vereadores Srs. José Carlos Pereira e Dr^a. Dalila Barros, aprovar a referida proposta, tendo apresentando a seguinte declaração de voto: “*Considerando que:* -----

A responsabilidade dos procedimentos administrativos e financeiros é dos técnicos; os técnicos da Câmara, responsáveis por estas áreas sempre

J R

agiram no cumprimento da legalidade e com responsabilidade na elaboração dos procedimentos administrativos e dos registos financeiros. Foram estes mesmos técnicos com o executivo camarário que contribuíram para que o Município de Alcoutim fosse exemplo Nacional em termos de gestão financeira e consolidação das suas contas e que a Câmara Municipal tenha fechado, há mais de 12 anos, o ano económico com saldos positivos e sem dívidas; O Tribunal de contas, quem compete o julgamento das contas, sempre visou as contas do município; A Câmara Municipal de Alcoutim foi ao longo dos últimos 20 anos alvo de quatro inspeções, pelo IGAT, IGAL e recentemente pelo IGF. Estas inspeções foram feitas com base em denúncias, queixas, exposições sem fundamento, por parte da oposição, tendo sido apurado pelos senhores inspetores a legalidade dos procedimentos. O Sr. Presidente reconheceu recentemente a boa situação financeira do município; Que não foi realizada auditoria interna ou inquérito para apuramento dos factos. Consideramos esta aquisição de serviços extemporânea e que primeiro deverá ser feita auditoria interna ou inquérito para apuramento dos factos. Abstemo-nos". -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CONTRATO DE COMODATO ENTRE A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM E O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do Senhor Vice-Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que o contrato de arrendamento seja retificado para contrato de Comodato e que seja permitido, no seu clausulado, entre demais situações, a alteração do contrato de fornecimento de eletricidade a favor da Câmara Municipal de Alcoutim. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre a razão da retirada deste assunto da ordem de trabalhos, na última reunião de Câmara. -----

----- O Vereador Sr. Paulo Paulino usou da palavra para esclarecer que a

F R

retirada do ponto prendeu-se com o facto de ter surgido a necessidade de realizar uma alteração à redação do Contrato de Comodato, aquando da preparação da reunião, e como o Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, Dr. João Dias, se encontrava de assistência à família, essa alteração não pode ser efetivada. Continuou referindo que anteriormente existia um contrato de arrendamento, a custo zero, o que legalmente não está muito correto, e nesse sentido houve a necessidade de modificar para Contrato de Comodato. Finalizou referindo que houve igualmente a introdução de cláusulas, no referido Contrato, nomeadamente a transferência do contador da eletricidade, para a Autarquia, uma vez que com a abertura do Núcleo Museológico Dr. João Dias os montantes gastos são mais avultados. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM E A JUNTA DE FREGUESIA DE VAQUEIROS:**

Foi presente uma minuta de protocolo de colaboração, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal atribuir uma comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Vaqueiros, no montante de € 5.000,00 (cinco mil euros), para fazer face às despesas com XVI Feira do Pão e do Queijo Fresco, no dia 09 de março.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o referido protocolo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO MUSICAL DO ALGARVE E O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM:**

Foi presente uma minuta de protocolo de colaboração, a qual se dá por transcrita para

f R

todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, e que tem como objetivo a promoção, dinamização e divulgação da atividade cultural e artística, nas regiões a sul do Tejo e na Andaluzia, comprometendo-se o Município de Alcoutim atribuir o valor anual de € 6.000,00 (seis mil euros), em quatro prestações trimestrais de igual valor de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros). -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves interveio para mencionar que o protocolo já deveria ter sido presente a reunião de Câmara, no entanto, foi alvo de esclarecimentos. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar que tem uma opinião muito própria em relação a este assunto, como referiu nos esclarecimentos que prestou ao Sr. Presidente. De seguida mencionou que acha importante a existência desta Orquestra Clássica e dos espetáculos que a mesma produz, dado que existe um engrandecimento da cultura das populações/gentes, no entanto, é da opinião que este tipo de evento não se adapta a Alcoutim, pelo facto de ser despendida uma verba demasiado avultada e por os alcoutenejos não aderirem a este tipo de espetáculos, sendo que ao longo dos anos ainda *“deu o benefício da dúvida”*, todavia compreende que o assunto em questão é tratado/discutido em sede da AMAL e que o objetivo primordial é *“não deixar morrer esta Orquestra”*. Findou referindo que deveriam existir outros tipos de Acordos para com esta Orquestra, e que os Municípios que aproveitam/beneficiam melhor deste tipo de espetáculos é que deveriam suportar os custos com a mesma, uma vez que os espetáculos em Alcoutim foram fracos e com pouca assistência por parte da população, e nesse sentido votará contra este protocolo, pelas razões apontadas anteriormente. -----

----- O Vereador Sr. Paulo Paulino interveio para mencionar que este protocolo já foi celebrado anteriormente, e que a ideia principal da criação desta Orquestra foi a dignificação que a mesma traz à região do Algarve, sendo que os *“espetáculos que veem a Alcoutim ou a outro sítio, nada têm a ver com os espetáculos, mas sim com a região que a mesma leva atrás”*, e se todos votarmos contra, essa dinamização acaba por parte da Orquestra. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, usou da palavra

f R

para mencionar que o assunto nunca esteve na ordem do dia, nas reuniões da AMAL, porém contactou vários presidentes de Câmara, em que todos são unânimes, que deve existir solidariedade/compromisso para com a Orquestra, apesar de existir alguma controvérsia por não haver retardação do valor investido. Findou referindo que no ano passado, enquanto vereador da oposição, também levantou várias questões, no entanto, nunca votou contra este protocolo. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que quando falou com o Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves apresentou a sua opinião, tendo inclusive os dois chegado a acordo que era uma verba demasiado avultada, aconselhando-o a falar do assunto em sede da AMAL. Afirmou de seguida que existem *"timings"* para sermos solidários, uma vez que não o podemos ser toda a vida, dado que não existe o retorno do investimento que se faz. Continuou mencionando que existem presidentes de Câmara, em sede da AMAL, que também não concordam, no entanto, por uma questão solidária *"vão andando com estas situações para a frente"*, mas são estas pequenas questões solidárias que levam às situações, que o país atravessa no momento. Findou referindo que *"nós mudamos de opinião, e o Sr. Presidente também não concordava e agora concorda com o protocolo. Vou votar contra com base naquilo que acabei de referir, acho útil, importante para a cultura das populações, agora este tipo de espetáculos não se adapta a Alcoutim"*. -----

----- A Vereadora Sr.^a Dr.^a Dalila Barros interveio para questionar o Sr. Presidente de Câmara sobre se o valor/verba em questão não poderá ser mais baixo, e se isso foi discutido/negociado com a Associação Musical do Algarve, tendo sido esclarecido pelo Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, que a verba prende-se com o mínimo de quota acordado. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (dois) votos contra dos Srs. Vereadores José Carlos Pereira e Dr.^a Dalila Barros, aprovar o referido protocolo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

✓ R

----- **CORPO NACIONAL DE ESCUTAS/AGRUPAMENTO DE ALCOUTIM – APOIO FINANCEIRO:** Foi presente uma proposta do Senhor Vice-Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo do LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere atribuir um apoio financeiro no montante de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), ao Agrupamento de Alcoutim – Corpo Nacional de Escutas, para fazer face com as despesas das atividades escutistas e aquisição de fardamento e material diverso de campanha. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para questionar se o valor a atribuir foi acordado entre as partes, ao qual foi esclarecido pelo Vereador Sr. Paulo Paulino que não existiu acordo entre as partes, e que o processo decorreu nos mesmo moldes dos anos anteriores, sendo a distribuição do montante estipulado em função das atividades do grupo de escuteiros. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro no montante de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), ao Agrupamento de Alcoutim – Corpo Nacional de Escutas. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALCOUTIM/INTERCÂMBIO ESCOLAR – APOIO FINANCEIRO:** Foi presente uma proposta do Senhor Vice-Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo do LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere atribuir um apoio financeiro no montante de € 100,74 (cem euros e setenta e quatro cêntimos), ao Agrupamento de Escolas do Concelho de Alcoutim, para fazer face às

despesas, com as refeições dos alunos franceses que integram o grupo de Intercâmbio Escolar/Escola Saint-Laurent de Blain (24, 27 e 28 de Março). --

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro no montante de € 100,74 (cem euros e setenta e quatro cêntimos), ao Agrupamento de Escolas do Concelho de Alcoutim. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **GRUPO DESPORTIVO DE ALCOUTIM – ISENÇÃO DE TAXA DE RUÍDO:** Foi presente uma proposta do Senhor Vice-Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Taxas Licenças e Outras Receitas, reconheça a concessão da isenção da Taxa de Ruído requerida pela Associação – Grupo Desportivo de Alcoutim, no dia 01 de março, no âmbito do Baile de Carnaval. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **RATIFICAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO E A CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014:** Foi presente uma proposta do Senhor Vice-Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo do n.º 4 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 137.º do Código de Procedimento Administrativo, delibere ratificar Acordo de Cooperação entre a União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro e a Câmara Municipal de Alcoutim, datado de 14 de fevereiro de 2014. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que o ponto em discussão foi retirado na última reunião por terem sido levantadas

dúvidas sobre a sua legalidade, e por não vir explanado no referido Acordo as contrapartidas da Câmara Municipal para com a União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, uma vez que o Sr. Presidente afirmou que os custos que não eram suportados pelo Centro de Emprego eram financiados pela Edilidade, e como tal gostaria que lhe explicassem qual a alteração introduzida, na redação do novo Acordo. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, usou da palavra para esclarecer que a alteração efetuada prendeu-se com a alínea c) da contrapartida da Câmara Municipal, adiantando ainda que de uma forma institucional poderá afirmar-se que a contrapartida da Edilidade para com a União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro é a *“permuta de colaboradores”* entre as duas entidades. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio novamente para mencionar que gostava que o esclarecessem onde é que no texto do Acordo, vem explanado que os custos, não financiados, pelo Centro de Emprego serão suportados pela Autarquia. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, usou da palavra para esclarecer que a questão levantada pelo Vereador Sr. José Carlos Pereira, na última reunião prendeu-se com uma preocupação em termos jurídicos da transferência da verba, e nesse sentido o ponto foi retirado e retificado o Acordo. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar que a alteração introduzida não o esclarece em nada, tendo de seguida frisado o conteúdo das alíneas para comprovação. Continuou referindo que na última reunião, houve a suspensão da mesma, para retificação do texto, tendo ele próprio sugerido a consulta do gabinete jurídico para verificação da legalidade dos factos, e que a alteração introduzida em sua opinião encontra-se pior do que estava. Findou a sua intervenção mencionando novamente que considera importante que esteja explanado as contrapartidas no referido Acordo. -----

----- O Vereador Sr. José Galrito interveio para frisar que a minuta apresentada do Acordo foi estudada/analísada juridicamente e já foi utilizada por várias entidades. -----

6 R

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar que os assuntos são para discutir/debater em reunião de Câmara, e como tal é da opinião que ainda não lhe foi transmitido pelo Sr. Presidente quais as alterações introduzidas, e nesse sentido solicita informação do Gabinete Jurídico, caso tenha passado pelo mesmo, uma vez que estão a *“colocar em causa o que o próprio disse, passando-lhe um atestado de incompetência”*, o que não aceita, considerando ainda que existe algum motivo, para que esse facto não venha explanado no referido Acordo. Ainda mencionou que está aqui para colaborar dentro da legalidade e segundo os seus princípios, e que o Sr. Presidente se necessário terá o seu apoio, mas não com o que vem escrito, dado que põe em causa a legitimidade desses pagamentos. -----

----- A Vereadora Sr^a. Dr^a. Dalila Barros interveio para mencionar que é da opinião que o processo poderia ser conduzido de uma forma mais simples, e como tal não vê razão para que exista este protocolo. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, usou da palavra para mencionar que existem colaboradores/funcionários acoplados à União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, por via de candidatura ao Centro de Emprego e que estão a prestar serviços na Autarquia, e como tal terá que existir um elo de ligação e/ou uma vinculação através de documento. Continuou referindo que esta minuta foi fornecida pelo Centro de Emprego, tendo sofrido já algumas alterações e parecer do gabinete jurídico, sendo que não deverão existir preocupações igualmente, no que concerne à transferência de verbas para a freguesia, visto que se encontram dentro da normalidade. ---

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar que segundo o Sr. Presidente está *“tudo em condições”* para aprovar o protocolo, todavia, ele não tem a mesma opinião, dado que não vem mencionado no teor do Acordo essas transferências, e nesse sentido questiona o Sr. Presidente quando o protocolo chegar à Secção Financeira, como se processa esse dinheiro/transferência, com base em quê. Quanto à *“história”* da minuta fornecida pelo Centro de Emprego mencionou que gostava que houvesse mais humildade uns com os outros, para que os assuntos não chegassem a este ponto, dado que em tempos o Sr. Presidente de Câmara mencionou *“que viria a reunião de Câmara um protocolo, sobre os*

funcionários em questão, em que as partes iriam todas assinar”, e nesse sentido questiona o porquê da não assinatura por parte do Centro de Emprego, se foi o mesmo que cedeu a minuta. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, interveio para mencionar que o Centro de Emprego estava a levar demasiado tempo para recolher a assinatura do Delegado Regional, por falta de agenda do mesmo, e como tal foi da opinião que se deveria avançar com o processo entre as duas entidades envolvidas. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos Srs. Vereadores José Carlos Pereira e Dr^a Dalila Barros, aprovar a referida proposta. De seguida apresentaram a seguinte declaração de voto, que se passa a transcrever: “ A nossa abstenção vai no sentido de mais uma vez, o assunto ter vindo a reunião de Câmara, e não estar explanado a contrapartida financeira da Câmara Municipal de Alcoutim para a União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, essa é a única razão da nossa abstenção, porque consideramos que o referido protocolo/acordo não está devidamente redigido, nem está conforme a legislação em vigor”. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves interveio para informar que os pontos, da ordem de trabalhos, iriam ser todos aprovados em minuta. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar que começou a “detetar” que os assuntos presentes a reunião de Câmara são sempre aprovados em minuta, ou porque são urgentes e/ou inadiáveis, e como tal considera que “corremos o risco” de um dia mais tarde, numa inspeção as coisas não sejam preparadas atempadamente, porque estar a “aprovar pontos em minuta, põe em causa muita coisa”, pois poderá existir algumas divergências/desacordos nas certidões passadas, uma vez que o teor das mesmas poderá ser alterado, caso ocorra alguma correção, e nesse sentido alerta para que os processos sejam tratados com alguma antecedência. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, João Dias, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente



O Secretário

